



Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 51.014.223/0001-49

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Mercado de Atuação

A Santander CCVM, Instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua na intermediação de operações em bolsa de valores e mercadorias, nos mercados à vista, de opções, a termo e futuro; compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros; formação e gestão, como líder ou participante, de consórcios para lançamento público "underwriting" e administração de fundos.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2023 o lucro líquido apresentado no acumulado do Exercício foi de R\$ 50 milhões, correspondente a R\$ 1,80 por lote de mil ações. O patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 976 milhões.

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos totais atingiram R\$ 1.518 milhões, destacando-se R\$ 631 milhões por Títulos e Valores Mobiliários e R\$ 306 milhões por Outros Ativos Financeiros. O passivo total está representado, principalmente, por Outros Passivos Financeiros, no montante de R\$ 358 milhões e R\$ 123 milhões referente à Outros Passivos.

Auditoria Independente

A política de atuação da Santander CCVM na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o

auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander. A Santander CCVM informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Ademais, a Santander CCVM confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 26 de março de 2024.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo Circulante e Não-Circulante		1.517.783	1.497.484
Disponibilidades	4 & 13.c	17.974	18.377
Instrumentos Financeiros		1.248.050	1.252.252
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4, 5 & 13.c	311.018	329.775
Títulos e Valores Mobiliários	6	631.209	509.416
Outros Ativos Financeiros	7	305.823	413.061
Outros Ativos	9	166.985	151.002
Ativos Fiscais	8.a	84.701	75.852
Correntes		32.802	44.306
Diferidos		51.899	31.546
Investimentos		1	1
Outros Investimentos		1	1
Imobilizado de Uso		72	-
Outras Imobilizações de Uso		142	-
(Depreciações Acumuladas)		(70)	-
Total do Ativo		1.517.783	1.497.484

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado						
Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Estatutárias	(3.758)		
	372.988	50.443	387.423	-	-	807.096
	-	-	-	192	-	192
	-	-	-	483	-	483
12.a	75.925	-	(75.925)	-	-	-
	-	-	-	-	124.907	124.907
12.c	-	6.245	-	-	(6.245)	-
12.b	-	-	-	-	(7.120)	(7.120)
12.c	-	-	-	-	(55.771)	-
12.c	-	-	-	-	(55.771)	-
	448.913	56.688	423.040	(3.083)	-	925.558
	75.925	6.245	35.617	675	-	118.462
	448.913	56.688	423.040	(3.083)	-	925.558
	-	-	-	2.399	-	2.399
	-	-	-	114	-	114
	-	-	-	-	50.516	50.516
	30.814	-	(30.814)	-	-	-
	-	-	-	-	21.747	21.747
12.b	-	2.526	-	-	(2.526)	-
12.c	-	-	-	-	(2.992)	(2.992)
12.c	-	-	22.499	-	(22.499)	-
12.c	-	-	22.499	-	(22.499)	-
	479.727	59.214	437.499	(570)	-	975.595
	30.814	2.526	14.184	2.512	-	50.037
	479.727	58.127	419.556	(2.934)	-	954.476
	-	-	-	2.406	-	2.406
	-	-	-	(42)	-	(42)
	-	-	-	-	21.747	21.747
12.c	-	1.087	-	-	(1.087)	-
12.b	-	-	-	-	(2.992)	(2.992)
12.c	-	-	8.834	-	(8.834)	-
12.c	-	-	8.834	-	(8.834)	-
	479.727	59.214	437.224	(570)	-	975.595
	-	1.087	17.668	2.364	-	21.129

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS					
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado					
1. Contexto Operacional	A Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), tem por objeto social a realização de todas as operações permitidas pela disposições legais e regulamentares das sociedades da espécie, atuando, dentre outros: na intermediação de operações em bolsa de valores e mercadorias, nos mercados à vista, de opções, a termo e futuro; compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros; formação e gestão, como líder ou participante, de consórcios para lançamento público "underwriting" e administração de fundos. As operações da Santander CCVM são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.				
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras	As demonstrações financeiras da Santander CCVM foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e demais diretrizes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas (Nota 3.n). As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023, foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 26 de março de 2024.				
b) Moeda Funcional e de Apresentação	As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander CCVM.				
3. Principais Políticas Contábeis	a) Caixa e Equivalentes de Caixa Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.				
b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.				
c) Títulos e Valores Mobiliários	Conforme Circular Bacen nº 3.068/2001, a carteira de títulos e valores mobiliários é classificada nas seguintes categorias: I - Títulos para negociação, onde são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida ao resultado do período; II - Títulos disponíveis para venda, onde são registrados os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, mas não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido. Os ajustes ao valor de mercado, quando realizados, são transferidos para o resultado do período; e III - Títulos mantidos até o vencimento, onde são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos. As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.				
d) Negociação e Intermediação de Valores	De acordo com a norma vigente, o reconhecimento da receita deve ocorrer quando houver confiabilidade na mensuração e for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade. A Santander CCVM, como prestadora de serviços financeiros, reconhece sua receita advinda de taxas cobradas de intermediação à medida que seus serviços são prestados.				
e) Despesas Antecipadas	São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.				
f) Outros Investimentos	Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.				
g) Imobilizado de Uso	A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear com taxa anual de 10% para móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação.				
h) Intangível	Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logotipos são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.				
i) Plano de Benefícios a Funcionários	Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Santander CCVM de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.				
Plano de Contribuição Definida	Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Santander CCVM e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.				
Planos de Benefício Definido	Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 18. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado. Desde janeiro de 2013, a Santander CCVM aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece critérios específicos para reconhecimento do superávit do plano de benefício definido, considerando fatores como a probabilidade de benefícios futuros para os participantes e a capacidade da entidade.				
Principais Definições	- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passado. - Deficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano. - A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando alenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados. - Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais. - Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente. - O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de				

redução do número de empregados cobertos. Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal. Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

j) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
A Santander CCVM é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros. As provisões são constituídas quando o risco de perda for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos em que risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 11.b) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação. Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. No caso de trânsitos em julgado favoráveis à Santander CCVM, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

k) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

l) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargos do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e ou a liquidação do passivo. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 8.a.2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

m) Juros sobre Capital Próprio
Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

n) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes
Resultado não corrente do exercício é aquele que:
I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 19.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa					
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021		
Disponibilidades	17.974	18.377	18.466		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	311.018	329.775	277.092		
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 5)	311.018	329.775	277.092		
Total	328.992	348.152	295.558		

As informações relativas a 31 de dezembro de 2021 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez					
	31/12/2023		31/12/2022		
	Até 3 Meses	Total	Total	Total	
Aplicações no Mercado Aberto	311.018	311.018	329.775		
Posição Bancada	311.018	311.018	329.775		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (Nota 13.c)	311.018	311.018	329.775		
Total	311.018	311.018	329.775		
Circulante		311.018	329.775		

6. Títulos e Valores Mobiliários
a) Resumo da Carteira por Categoria e Abertura por Vencimento
i) Abertura por Categoria

Títulos Disponíveis para Venda					
	31/12/2023		31/12/2022		
	Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT	584.438	70	584.508	468.125
Ações de Companhias Abertas (1)	-	-	-	-	47
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento (1)(2)	46.701	-	46.701	-	41.244
Total de Títulos e Valores Mobiliários Circulante	631.139	70	631.209	509.416	-
Não-Circulante		493.493	403.386		

(1) O valor do custo amortizado/contábil é equivalente ao valor de mercado.
(2) Em 31 de dezembro de 2023 a carteira do Fundo de Investimento está composta basicamente por operações compradas e títulos públicos.

ii) Abertura por Vencimento

Títulos Disponíveis para Venda					
	31/12/2023				
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT	46.701	137.716	321.395	125.397	-
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento	-	137.716	321.395	125.397	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários Circulante	46.701	137.716	321.395	125.397	-

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço. As cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.

A margem de garantia de operações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, com instrumentos financeiros derivativos de terceiros é composta por títulos públicos federais e cotas de fundos de investimento, no valor de R\$ 631.209 (31/12/2022 - R\$ 509.369).

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS						
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado						
	Nota	31/12/2023	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022
Receitas da Intermediação Financeira		53.728	104.752	89.724		
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.b	53.806	104.886	90.065		
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(78)	(134)	(341)		
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		53.728	104.752	89.724		
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		84.329	159.241	103.233		
Receitas de Prestação de Serviços	14	209.126	129.160	141.465		
Rendidas de Tarifas Bancárias	14	30.788	338.374	99.734		
Despesas de Pessoal	15	(83.678)	(152.451)	(20.773)		
Outras Despesas Administrativas	16	(40.732)	(96.051)	(108.302)		
Despesas Tributárias	8.d	(23.476)	(45.901)	(25.883)		
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	17	(7.469)	(13.890)	16.992		
Resultado Operacional		138.057	263.993			

